

1 2 **APROVADA**

3

4 5 6

7

8

10

11

12

13

14

15 16

17

18 19

20

21 22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

ATA DO PLENO EXTRAORDINÁRIO DO DIA 20 DE MARÇO DE 2018

No vigésimo dia do mês de março do ano de dois mil e dezoito, às nove horas e trinta minutos, é declarado aberto por existência de quórum, o Pleno Extraordinário do Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente do Recife - COMDICA, no COMPAZ Ariano Suassuna, situado na Av. Engenheiro Abdias de Carvalho, s/n - Cordeiro, Recife-PE, e a presidente Maria do Livramento de Aguiar coloca para deliberação o seguinte tema em pauta: APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ENFRENTAMENTO À SITUAÇÃO DE RUA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO RECIFE. Participaram do pleno na condição de conselheiras(os): Maria do Livramento de Aguiar (CRP); Alexandre José Bastos Nápoles de Carvalho Filho e Ana Maria de Farias Lira (Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos), Andréa Ricardo de Castro (Secretaria de Educação); Albérico Spinelli Correia dos Santos (Secretaria de Finanças); Severino de Souza Nogueira (Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer); Vesta Pires Magalhães Filha (Procuradoria Geral do Município); Ana Paula Lins e Silva (ESPRO); Valderlene Guimarães Santos (CREFITO); Rafaela Ribeiro Saraiva da Costa (CRESS); Alexandre Cabral da Silva (OAB); Wilson José Monteiro da Silva (RENAPSI); e, ainda, os seguintes representantes da sociedade: Igara Freire Barro (Núcleo de Enfermagem e Violência Escolar/Sec. Educação); Itamar Souza de Lima Júnior (CRP/PE); Patrícia Fernanda Santos (UNINASSAU); Rafaela Souza (CREAS/Cordeiro); Instituto Solidare; Fernando Biasoli (UNINASSAU); Jefferson Ricardo (Recreador Lambreta); Rebeca de Albuquerque Silva (O Pequeno Nazareno); Márcia Nascimento (CREAS/RPA1); Maria de Lourdes do Nascimento (MNMMR-PE); Carolina Nascimento (Defensoria Pública de PE); Iramyres Aragão Veiga (CREAS RPA3); Vitor Gabriel, Maria Eduarda e Deniro Ernesto (Etapas); Alana Anselmo (HGA); Mirelle Pedrosa (Maurício de Nassau); Ana Carla Andrade (OAF); Vanessa Pena (CREAS); Sara Rodrigues (PCR); Lucas Vasconcelos (SINTEI); e, também, Simone Melo (Secretária Executiva do COMDICA); os/as técnicos/as do COMDICA, Aurely Macedo; Roberta Sartori e Neiva Barros (Sociopedagógico). A presidente inicia o pleno com a leitura da ordem do dia. Após colocar a pauta, a presidente informa que começará pela leitura do documento do plano municipal e solicita a colaboração de todos/as. A metodologia, segundo a presidente, é que se faça a aprovação por eixo. No momento, Itamar (CRP) informa que foi convidado pelo COMDICA para fazer um breve histórico sobre o processo de avaliação do plano. Itamar inicia dizendo que as reuniões para a construção do seminário de avaliação do plano de rua iniciaram em setembro/2017. Itamar diz que havia tempo que o plano não era revisitado. Em maio/2017 foi aberta uma consulta pública e as instituições e órgãos foram convidados a participar, diz ele. O representante do CRP comunica que algumas devolutivas chegaram em tempo hábil e outras, não, e ainda, que muitas respostas foram de difícil compreensão. Itamar informa que última avaliação da política para criança e adolescente em situação de rua foi feita em 2012. O horizonte do plano é de 2010 à 2020. Os prazos são de curto, de médio e de longo prazo. Dito isso, Itamar inicia a apresentação do documento (em anexo) fazendo a leitura. A conselheira Ana Farias questiona sobre a dinâmica das discussões já que o IASC não funciona mais. A presidente pede que ao final do documento seja feita algumas observações referente a nomenclatura de alguns órgãos que não funcionam



47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65 66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

mais. Nure (Projeto Resgate de Atendimento à Criança e Adolescente em Situação de Rua) afirma que a realidade é dura para os/as adolescentes com escolaridade baixa no que tange a independência e acesso ao mercado de trabalho. Itamar afirma que entende a questão, embora o momento é de referendar o seminário realizado em novembro/2017. Itamar volta a leitura do documento. Iramyres (CREAS) afirma que foram instalados mais Creas nas RPAs e gostaria de saber em que momento será possível acrescentar as informações no documento. Márcia (CREAS- RPA1) pergunta se é possível modificar o documento já que em relação ao CREAS as informações não estão atualizadas. Maria de Lourdes (MNMMR) entende que o plano está sendo construído para atualização dos dados. A técnica Aurely explica que as informações foram encaminhadas, via ofício, para as secretarias e todas as informações do plano recebidas pela equipe técnica foram sistematizadas nas tabelas. Ela diz que durante o seminário houve a possibilidade de acréscimo ou retirada de informação. Cabe ao colegiado refletir se é possível a atualização do documento, coloca a técnica. A conselheira Andréa Ricardo afirma que achava que os dados já estavam consolidados. A conselheira diz que algumas informações precisam ser atualizadas. Segundo ela para operacionalizar é preciso fazer o destaque e depois as correções. Itamar afirma que há uma sistematização por parte do COMDICA que consiste no seguinte: no primeiro momento há o envio das tabelas com as perguntas, depois acontece a sistematização através de um seminário e, por fim, que é o momento de hoje, o processo de referendar o documento. Segundo Itamar é preciso referendar ou não. Carolina (Defensora Pública) explica que é importante cada órgão, posteriormente, encaminhar um ofício atualizando as informações e fazendo um adendo. Itamar segue com a leitura. No momento da dúvida sobre a existência da responsabilidade da Assistência Social numa das ações, a técnica Roberta fala que no instante que o plano foi construído não foi colocado como responsável a referida secretaria. A técnica explica que o COMDICA fez uma atualização e revisão do plano já existente. Não foi mexido nada, diz ela. Vanessa (Coordenadora dos CREAS) informa que é importante registrar a atuação da Assistência Social. Ela explica que é um desafio a inclusão de crianças e adolescentes em situação de rua nas atividades dos serviços de convivência através de convênios com os grandes clubes. A coordenadora explica também que através do PAEFI, Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, está sendo feito alguns encaminhamento há aproximadamente 01 ano. Após os esclarecimentos, Itamar segue com a leitura. Itamar passa a leitura para a presidente que segue com as informações sobre o eixo 4. Em relação ao item 1, Sobre a População de Rua, Vanessa (Coordenadora dos CREAS) comunica que a Gerência de Media Complexidade da Assistência Social está finalizando uma pesquisa sobre o trabalho infantil. Ela diz que desde 2017 as equipes estão identificando os dados. Para isso, foi contratada uma consultoria para sistematizar os dados e, também, foi feito um vídeo institucional, diz a coordenadora. Em relação ao item 2, Vanessa explica que é importante pontuar que o PAEFI, Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, é o serviço de referencia para o acompanhamento de criança e adolescentes em situação de rua no âmbito da Assistência Social. O PAEFI é uma atribuição do CREAS, diz Vanessa. Ela diz que hoje existem 27 equipes especializadas formadas através de seleção simplificada. Segundo Vanessa, no item 7, a secretaria responsável por qualificação profissional é a de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, através do Qualifica Recife. Vanessa informa ainda que está na fase de finalização um decreto municipal que vai garantir 10% das vagas do Qualifica Recife para o público de risco do Recife, incluindo Socioeducativo e em Situação de Rua. Vanessa esclarece também, sobre o item 10, que o protagonismo no acompanhamento de crianças e adolescentes em situação de rua, trabalho



93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

infantil, mendicância, abuso e exploração sexual, maus tratos e negligência é do CREAS. Vanessa destaca que é preciso ampliar os equipamentos CREAS, pois só existem quatro no Recife. Ela diz que já tem um projeto de ampliação de quatro para seis CREAS ainda em 2018. Vanessa coloca como proposta a ampliação dos CREAS para oito unidades. Após a fala da coordenadora, a presidente solicita que Itamar siga lendo o documento. O conselheiro Alexandre Nápoles coloca algumas considerações em relação ao item 7, do eixo 5. Ele diz que a secretaria realiza, desde 2013, em conjunto com a Escola de Governo, cursos de formação continuada. Ele corrige que é um item parcialmente realizado. Ele diz ainda que alguns/as conselheiros/as já participaram do curso, mas que nem todos/as participam. Nápoles lembra que até 2016 os cursos formaram mais de 500 servidores/as. O conselheiro Albérico observa que todas as alterações serão avaliadas posteriormente, lembrando a proposta da representante da Defensoria Pública. Qualquer alteração precisa ser formalizada, via ofício, diz Albérico. O conselheiro Nogueira lembra que uma coisa é retificar dados e a outra é avaliar a informação se é verídica. Vanessa destaca a formação de educadores/as sociais. Ela diz que as gerências responsáveis pela formação são as de Média e de Alta Complexidade. Hoje existe uma Comissão de Educação Permanente que discute uma proposta de formação para servidores efetivos ou não da secretaria. Sara (Chefia de Divisão de Acolhimento de Crianças e Adolescentes) solicita fazer uma revisão para a retirada da autarquia IASC. Sara diz que foi formado um Grupo de Trabalho (GT) na Alta Complexidade buscando estratégias de diagnósticos e construção de trabalho para Casas de Acolhida de meninas em situação de rua. A presidente solicita a continuidade do processo e lembra a importância do encaminhamento das informações, já que o COMDICA tem recebido com demora as devolutivas. Ela lembra ainda que a avaliação é fruto de todo um processo construído. Itamar segue fazendo a leitura do documento. O conselheiro Alexandre Nápoles, no item 3, eixo 7, solicita inserir a ação de implementar e ampliar o programa de captação de recursos, via parceiros privados, a partir da Resolução n°004/2017, como ação estratégicas para fins de financiamento de instituições. Nápoles acredita que é necessário construir um plano para efetivamente materializar os anseios de toda uma rede. Ele acredita que é preciso ser mais específico, sugerindo e planejando de uma forma mais detalhada. Como exemplo, Nápoles cita Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, que possui R\$ 10 milhões (dez milhões de reais) no Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e tem uma população de 1,5 milhão de habitantes assim como o Recife. A maior parte dos valores vem da captação de recursos, diz ele. O conselheiro afirma que não se faz enfrentamento à situação de rua com a voz, se faz com recursos, investindo em ações reais e concretas. Após a fala do conselheiro, Itamar segue com a leitura do documento. Com a conclusão da leitura, Itamar explica que inicia a apresentação da segunda parte do documento que consiste nas propostas apresentadas durante o seminário municipal, em novembro. Para tanto, segundo ele, o momento agora é de referendar o documento final que apresenta avanços, fragilidades e propostas. Dito isso, a presidente coloca que a proposta é fazer a aprovação por eixos. Vanessa (CREAS) afirma que precisa reavaliar os itens 8 e 12, do Eixo 1, que fala da relação com a Educação. Vanessa (CREAS) afirma que não é possível dizer que não houve avanços na articulação do acesso da população de rua na rede de educação. Ela diz que hoje há um diálogo mais estreito com a rede de educação enquanto equipe CREAS, que é a equipe de acompanhamento. Vanessa afirma que já existe também um maior estreitamento com o órgão regulador da matrícula escolar do município para priorizar o acesso à matrícula do público de risco. Portanto, diz ela, que é complicado dizer que não há avanços. Itamar explica que quando a Secretaria de Educação é acionada e não emite uma devolutiva, automaticamente, quem está



139 no coletivo diz: "não tem avanço". Itamar diz que entende que não é possível uma avaliação do 140 plano em sete ou oito anos conjuntamente. Talvez seja possível avaliar melhor num outro 141 momento, diz Itamar. O conselheiro Albérico afirma que, nesse momento, não tem como ser 142 diferente pois sempre haverá uma defasagem das informações devido ao período de 143 encaminhamento das devolutivas. Não tem como colocar todo o processo evolutivo no 144 documento, afirma Albérico. O conselheiro Alexandre Cabral pergunta qual a proposta. A 145 presidente informa que o momento agora é de validar o processo que foi feito em duas etapas: 146 colheita de dados e seminário. Cabral afirma que, nesse momento, é importante acrescentar e 147 alterar os atos. Assim a mera validação perde o sentido, diz Cabral. O conselheiro Alexandre 148 Nápoles concorda e diz que é importante fazer os acréscimos. Ao contrário é só encaminhar 149 por e-mail, diz ele. É preciso fazer uma reflexão crítica e atualizar o documento, diz o conselheiro. É preciso mudar a dinâmica, pois todo mundo aqui é ator do sistema, diz Nápoles. 150 151 A conselheira Rafaela afirma que é preciso consolidar um trabalho que foi realizado no 152 seminário. A conselheira propõe fazer um novo momento para inserir as alterações propostas. O conselheiro Nogueira acredita que validar o que está escrito é uma postura passiva. Nogueira 153 154 diz que é abrir mão do direito ao contraditório. Segundo ele, o que o preocupa é o aporte 155 financeiro. Ele diz que falta no documento objetivos geral e específico, meta, visão, resultado 156 previsto. Itamar coloca que participa desde o princípio da avaliação. O plano tem algumas limitações, diz ele. Segundo ele, o entendimento é validar o plano agora. O conselheiro 157 Nogueira questiona a avaliação e a metodologia. O conselheiro Albérico afirma que se a equipe 158 159 que trabalhou o relatório não sistematizou adequadamente as informações é preciso que o 160 responsável pela informação encaminhada esclareca e diga em relatório: "o item não corresponde com a informação que demos à época". Mas quando houver evolução, então é 161 162 outro relatório, diz o conselheiro. A conselheira Ana Farias afirma que a discussão que 163 acontece agora era para ter sido feito no começo. Como sair do impasse agora, questiona a 164 conselheira. Estamos aqui para validar o plano ou para receber o retorno do que foi feito no 165 seminário de novembro, pergunta Ana Farias. Em que momento o plano será aprovado, questiona a conselheira. A proposta é acolher as contribuições, anotar, organizar e num outro 166 167 momento fazer a validação no pleno do COMDICA, diz a conselheira. Cada vez que se reunir 168 vai ter gente nova e um novo questionamento, afirma Ana. A conselheira diz que é só uma questão metodológica. Valéria diz que não foi ao seminário, mas muitas pessoas de chefia e 169 170 das gerências, sim. A sugestão de Valéria é encaminhar o produto final para as equipes. 171 Segundo ela, as/os profissionais que estavam no seminário afirmaram que não receberam a 172 devolutiva do plano após o seminário. Um outro problema, segundo ela, é que não houve 173 público suficiente mobilizado. Valéria finaliza dizendo que os serviços que executam a política 174 não estão se sentindo contemplados no todo do documento. A presidente afirma que acolhe 175 tudo que foi trazido para, posteriormente, o colegiado realizar um pleno e apresentar o 176 documento final. Vale ressaltar que a equipe do COMDICA e o Conselho não colocou uma 177 palavra que não fosse vinda do trabalho realizado nas duas etapas, esclarece a presidente. A 178 presidente diz ainda que nas etapas há um momento para trazer as informações, se as 179 informações não chegam, respondemos pelas ausências. Segundo ela, o resultado final é fruto 180 do que aconteceu no processo. A presidente afirma que se é possível melhorar, ótimo, mas se 181 há mudança na política, isso vai acontecer diariamente. Segundo ela é preciso ter paciência. A 182 presidente sinaliza e o colegiado concorda em levar para o próximo pleno a aprovação do 183 Plano Municipal de Enfrentamento à População de Rua de Crianças e Adolescentes do Recife. 184 Finalizada a discussão e não havendo nada mais a tratar, a presidente encerra o pleno às 12h05.



Maria do Livramo Presidente	ento de Aguiar			
Alexandre José Bo	astos Nápoles de Carvalh	o Filho		
	retaria de Desenvolvime		tude, Políticas sobre	Drogas
Ana Maria de Far	rias Lira			
(Conselheira/Secr Direitos Humanos	retaria de Desenvolvime s)	nto Social, Juven	tude, Políticas sobre	Drogas
Andréa Ricardo d	le Castro			
(Conselheira / Sec	cretaria de Educação)			
•	Correia dos Santos cretaria de Finanças)			
Severino de Souza				
	cretaria de Turismo, Espo	orte e Lazer)		
Vesta Pires Maga				
(Conselheira / Pro	ocuradoria Geral do Mun	icípio)		

230



Valderlene Guimarães Santos (Conselheira/CREFITO) Rafaela Ribeiro Saraiva da Costa (Conselheira / CRESS) Alexandre Cabral da Silva (Conselheiro / OAB) Wilson José da Silva (Conselheiro/Renapsi)